

# **A OCUPAÇÃO NO CHACO: TENSÕES POLÍTICAS NO TRATADO DA TRÍPLICE ALIANÇA (1869-1874)**

## ***OCCUPATION IN CHACO: POLITICAL TENSIONS IN THE TRIPLE ALLIANCE TREATY (1869-1874)***

**Fabio da Silva Pereira**

Doutorando em História na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

**Héverton Montes Fontoura**

Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

### **RESUMO**

O presente artigo tem por finalidade dialogar com as tensões políticas envolvendo a fase final da campanha da Tríplice Aliança e o cenário do pós-guerra (1869-1874), analisando a pretensão Argentina na região do Chaco através de um plano expansionista do general Mitre. O trabalho aborda o plano estratégico do general Mitre em equalizar as forças militares e ocupar militarmente a região do Chaco. Os resultados observam a dispendiosa participação do governo imperial brasileiro, envolvendo inúmeras tentativas diplomáticas e tensões geopolíticas à questão. Após o cerco a Cerro-Corá e a morte de López, o que considerava em ser o fim da guerra, tornou-se apenas mais um dos vários episódios que estavam por vir. O trabalho se fundamenta através da pesquisa documental e revisão bibliográfica, servindo como base o registro do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Guerra. A posse da região do Chaco e suas tratativas atravessaram uma longa jornada diplomática, ao qual o Tratado da Tríplice Aliança servia como base e pilar norteador das tratativas do acordo definitivo de paz.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai. Consequências da Guerra da Tríplice Aliança. Diplomacia Imperial. História Militar do Brasil.

### **ABSTRACT**

The purpose of this article is to dialogue with political tensions involving the final phase of the Triple Alliance campaign and the post-war scenario (1869-1874), analyzing the Argentine claim in the Chaco region through an expansionist plan by General Miter. The work addresses General Miter's strategic plan to equalize military forces and militarily occupy the Chaco region. The results observe the dispense participation of the Brazilian imperial government, involving numerous diplomatic attempts and geopolitical tensions to the issue. After the siege of Cerro-Corá and the death of López, what he considered to be the end of the war, became just one of several episodes to come. The work is based on documentary research and bibliographic review, serving as the basis for the registration of the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of War. The possession of the Chaco region and its dealings went through a long diplomatic journey, to which the Triple Alliance Treaty served as the basis and guiding pillar of the negotiations for the definitive peace agreement.

**Keywords:** War of Paraguay. Consequences of the Triple Alliance War. Imperial diplomacy. Brazilian Military History

## **1 INTRODUÇÃO**

A conclusão da Guerra do Paraguai esteve atrelada a morte de Francisco Solano López em Cerro Corá, em 1870. Tiveram como protagonistas do embate

Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, envoltos no maior conflito armado da América do Sul.

O ambiente efervescente dos jovens países na América do Sul sofreu interferências diretas de projetos expansionistas. Em primeiro plano, o Paraguai buscou os bancos ingleses para patrocinarem sua empreitada de modernizar as estruturas do país por meio do “ministro plenipotenciário Francisco Solano López para cumprir missões de caráter diplomático e comprar nos mercados ingleses e franceses insumos industrializados e material bélico” (PERNIDJI, 2010, p. 27). Em segundo plano, havia a Argentina que se aproveitava de um Paraguai arrasado economicamente, demograficamente e militarmente. Colocou em prática um audacioso plano, pelo Tratado da Tríplice Aliança, visando expandir suas fronteiras e desta forma fortalecer seu domínio na América do Sul, através da ocupação do Chaco.

O projeto expansionista deflagrado por Francisco Solano Lopez alimentou o desejo de alcançar a saída para o Oceano Atlântico. Estabelecia o desejo pelo controle e restrição da liberdade de navegação e comércio nos rios da região do Prata. Todavia o Tratado da Tríplice Aliança restringiu o alcance Lopista em desenvolver-se de forma autônoma. A reação dos países aliados delimitou novos rumos, culminando com a derrocada da autoridade e poder de López. Na essência do acordo da Tríplice Aliança (TTA), o tratado restringia acordos bilaterais para conter ou suspender a guerra.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa documental fundamentada no cenário do conflito da Guerra do Paraguai nos acervos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Guerra. Engloba ainda uma revisão bibliográfica da obra de Francisco Doratioto, destacando os eventos periódicos que envolveram a pretensão Argentina na região do Chaco e suas implicações geopolíticas, dentro do episódio da Guerra do Paraguai.

O destaque para a relação das ideias procura dialogar com a continuidade da guerra, não pelo combate sistêmico de forças militares, mas sim por tensões

e tratativas diplomáticas. É uma situação que caracteriza uma forma de combate sob outra esfera: a do campo do poder.

É nesse contexto que a Argentina assume o protagonismo, outrora delegado ao Paraguai e às aspirações de Francisco Solano López. Com a mudança dos atores, o aliado torna-se desafeto e o inimigo virou aliado.

### **3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

#### **3.1 O PRIMEIRO PASSO: O EQUILÍBRIO MILITAR**

A batalha de Cerro Corá foi marcada pela morte de Francisco Solano López, concluindo a fase militar combativa da Guerra do Paraguai. A partir daí, entrava em cena o pós-guerra. Esse fato desanuviou a tensão geopolítica que a América do Sul enfrentava à época, principalmente envolvendo o Brasil e Argentina, como os principais atores deste período histórico.

Nesse sentido, a Argentina tornou-se um grande imbróglio para as tratativas de acordo de paz. Em 1869, o país ocuparia militarmente a região do Chaco. Possuindo reais intenções de anexar o território aos seus domínios, tornou esta ação como a principal desavença conflitante no acordo definitivo entre Paraguai e Argentina.

No mesmo ano, a Argentina propôs ao Brasil e ao Uruguai a redução do efetivo de tropas enviadas ao Paraguai. Alegou para isso que Solano López já não possuía mais um exército, restando um número reduzido e desorganizado de soldados. E nesses termos defendeu que não se justificaria manter o pesado investimento econômico e o emprego de boa parte da população (BRASIL, 1869, p. 165).

Durante a Guerra do Paraguai, o Brasil sempre manteve a superioridade numérica em força militar. “Na última fase da guerra, nunca o Brasil teve no Paraguai menos de vinte mil homens, além da sua esquadra, entretanto que as forças argentinas não passavam de cinco mil” (BRASIL, 1869, p. 164-165). Deste modo, o pedido de redução de forças, obrigaria o Império do Brasil a retroceder com as tropas do Paraguai para o Brasil, desmobilizando-as no cenário do conflito.

Efetivamente, a força militar brasileira no Paraguai só foi retirada em sua totalidade no ano de 1876. Após o 4 de abril daquele ano, momento em que foi publicada a ordem para retirada da força bem como seu deslocamento para o Mato Grosso; “o Governo, por Aviso de 4 de Abril do anno passado, mandou retirar daquela Republica a brigada que ali se achava sob o comando do General Frederico” (BRASIL, 1877, p. 9). Esta decisão estava atrasada há alguns anos e obedecia ao acordo promulgado nos termos do Tratado da Tríplice Aliança (TTA). a redução das tropas das forças aliadas em operação no Paraguai foi proposta pela Argentina em 1869:

S. Ex, o Sr ministro argentino disse: que, graças aos triumphos successivos das armas alliadas, que reduziram o inimigo a um número insignificante de soldados, pelo que já não offerece resistência séria e foge para as matas e desertos, seu governo julgava que era chegada a oportunidade de diminuir, com vantagens para a alliança, os pesados encargos que tem supportado as três nações com as despesas de guerra e o emprego nesta de uma boa parte de sua população (BRASIL, 1869, p. 165).

O ministro plenipotenciário Mariano Varela, neste momento, discorreu com previsão estratégica e sensatez. Analisando sobre o ponto de vista sensato, ao reduzir-se o efetivo em combate, também ocorreria a redução de gastos logísticos com os militares empregados diretamente no combate.

Por outro lado, ao solicitar o equilíbrio das forças militares entre os dois países, entende-se que houve segundas intenções da Argentina, estabelecendo uma conexão com os desdobramentos e os acontecimentos que estariam por vir. Apesar de o argumento de Mariano Varela ser fundamentado e coerente, a retirada das tropas aliadas (ou grande parte delas) iniciaria um caminho para que as pretensões territoriais argentinas no Chaco e sua influência sobre o Paraguai fossem consolidadas.

### 3.2 A OCUPAÇÃO DO CHACO: DA OCUPAÇÃO AO DESFECHO FINAL

Em 1869 com o desenrolar do conflito chegando à sua conclusão, o exército de López já não demonstrava resistência e efetivo singular para o combate. A Argentina protagonizou uma emblemática e tensa situação diplomática, que só veria o seu fim em 1876. Houve inicialmente o pedido de redução de tropas e, posteriormente, a ocupação militar na região do Chaco, sob

alegação de que o território era seu desde antes o acordo do Tratado da Tríplice Aliança.

A região do Chaco é definida por Bandeira (1988) como uma palavra de origem quíchua. É uma vasta planície localizada na mesopotâmia da Bacia do Prata dividida em três regiões distintas: o Chaco Boreal, o Chaco Central e o Chaco Austral. As disputas em torno da região remontam a meados do Século XIX. Compreende o “GranChaco” a divisão entre o Chaco Boreal, situado ao norte do Rio Pilcomayo; o Chaco Central, localizado entre os Rios Pilcomayo e Bermejo; e o Chaco Austral, localizado ao sul do Rio Bermejo. Isso é possível observar por meio da Imagem 1, onde se encontram localizados os rios Pilcomayo e Bermejo.

**Imagem 1:** delimitação da localização do *GranChaco*



**Fonte:** SCHNEIDER, 1902

Durante a comissão nomeada pelos membros do Tratado da Tríplice Aliança por ocasião da formação do Governo provisório do Paraguai em 1869, o conselheiro Paranhos (Barão do Rio Branco) sugeriu a inserção do Paraguai no Tratado da Tríplice Aliança como o início do processo a um acordo definitivo de paz. Essa situação representava a inclinação dos países aliados a garantir ao Paraguai sua paz, e uma plena liberdade para desenvolver sua política de soberania nacional. Em contrapartida, declinaria o apoio a Francisco Solano López e suas ideias, bem como aos seus representantes e aliados.

Consequentemente o governo paraguayo provisório adherirá ao tratado da tríplicealiança, que é a condição preliminar de paz dos aliados com a Republica, salva qualquer modificação que, no próprio interesse do Paraguay, se estipule ulteriormente por mutuo assentimento dos aliados e do mesmo governo provisório. Desta adesão resultará que o novo governo paraguayo, sem deixar de ter plena liberdade no exercício de sua soberania nacional, no tocante à guerra e aos direitos dos aliados, que se referem as causas e efeitos da mesma guerra, ficará ligado por aquelle pacto a proceder de inteiro accordo com os aliados. Não poderá tratar com o marechal Lopez, nem com pesoa que o represente ou sobre que ell influa, porque do mesmo modo procederão os governos aliados e seus representantes diplomáticos e militares (BRASIL, 1869, p. 8).

A sugestão do Barão de Rio Branco colocaria em risco os planos da Argentina que já havia dado início ao seu projeto de expansão e anexação do território paraguaio a partir da ocupação do vale do Chaco. Isso também afetaria o pedido de redução de tropas no cenário de guerra, haja vista que a superioridade bélica brasileira era um senão às pretensões argentinas.

Por outro lado, ainda, a inclusão do Paraguai levaria a termo que toda e qualquer negociação seria realizada em um cenário igualitário e paralelo. No entanto, para a Argentina seria de vital importância manter o Brasil como aliado de um lado, e a figura de um Paraguai combatido e repellido pela aliança, de outro.

O Tratado da Tríplice Aliança garantia ao Paraguai o respeito de seus domínios, o que significa que os aliados não poderiam anexar qualquer faixa de terra do solo paraguaio que estivesse sob seu protetorado, observado pelo art. 8º do Tratado da Tríplice Aliança. A diplomacia do governo Imperial decorria através da manutenção da ocupação militar brasileira na ilha de Cerrito, com o intuito de impedir qualquer avanço ou consolidação por parte da Argentina no território do Chaco.

Defendia sumariamente o interesse da soberania nacional do Paraguai, cumprindo o acordado nos termos do Tratado da Tríplice Aliança no contexto da manutenção da faixa territorial e dos seus limites. Também eram respeitados os interesses do governo brasileiro para com seu vizinho e aliado.

Terminada a guerra, a política do governo imperial, sob o controle do Partido Conservador, foi a de reafirmar a existência do Paraguai como Estado independente e, ao mesmo tempo, evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como lhe fora facultado pelo Tratado da Tríplice Aliança. O presidente Sarmiento, por sua vez, desconfiando de intenções expansionistas por parte do Império sobre o Paraguai, não

defendeu que os limites deste com seu país e com o Brasil fossem resultado da aplicação pura e simples dos termos desse Tratado. Ao contrário, o governo argentino surgiu com a política de que a vitória militar não concedia aos vencedores direitos sobre o vencido quanto à definição de fronteiras. A diplomacia imperial fez uso desse argumento e aproveitou-se da ocupação militar brasileira do país vencido para tutelar seus governantes, de modo a impedir que todo o Chaco se tornasse argentino (DORATIOTO, 2002, p. 480).

A política imperial confrontava diretamente os interesses argentinos. Segundo Doratioto (2002), o Brasil foi estabelecendo três objetivos que se destacaram em sua política. Esses objetivos materializados por força dos trabalhos desprendidos pela diplomacia imperial. O primeiro estava ligado à navegação no rio Paraguai, de forma livre, garantindo o escoamento de produtos ou hidrovias de ligação do Mato Grosso com o restante do Brasil de forma segura e sob a proteção de uma bandeira de livre comércio entre os países adjacentes. No entanto, um segundo objetivo seria necessário de forma a consolidar a delimitação de fronteiras. Não somente com o Paraguai, mas também com os outros países vizinhos.

O terceiro objetivo estaria diretamente relacionado a fazer frente às pretensões argentinas sobre o Paraguai. Conforme Doratioto (2002), entendia-se que a Argentina ambicionava fazer com que Buenos Aires se tornasse o centro de um Estado, abrangendo os limites do antigo vice-reino do Rio da Prata. Isso implicava absorver o território do Paraguai, conforme os planos do general Mitre.

A posição diplomática brasileira inicialmente expôs que o assunto seria discutido em um cenário de pós-guerra. De acordo com o que foi pré-estabelecido e acordado no TTA, de forma a não atrapalhar as ações e operações de guerra entre os aliados:

Que o representante de S. M. o Imperador do Brazil, em nota com que respondeu ao general em chefe do exercito argentino, parece assentir a essa doutrina, do que se compraz o governo argentino, porque assim a questão de limites, tanto com este, como com o governo imperial, será resolvida em presença dos títulos respectivos, mantendo cada Estado a integridade do território que lhe outorgam [...] O abaixo assinado não tinha presentes as estipulações do governo da argentina com o da Bolívia, e ainda quando as tivesse, o facto de occupação da Villa Occidental, isto é, de território antes contestado não só entre a Republica Argentina e a do Paraguay, mas também por Bolívia, exigia da parte do império a renovação da ressalva que apresentou ao negociar-se o tratado do 1º de Maio (BRASIL, 1869, p. 159).

Nesta quadra histórica, a Argentina já havia posicionado seus “peões”, tomando como analogia ao jogo de xadrez. Ao ocupar do Chaco à Bahia Negra, afetando diretamente o Paraguai em domínios territoriais, acarretaria sua redução de forma drástica e promoveria o avanço de seu inimigo em potencial (DORATIOTO, 2002, p. 481).

Diante da situação a política imperial, providenciou que uma força militar permanecesse no Paraguai, como uma garantia continuada da estratégia. Sobrepusera-se uma pressão na Argentina de forma velada e, conseqüentemente, ganhou-se tempo favorecendo o encaminhamento da consolidação das fronteiras com o Paraguai. Isso resultou na permanência de 3.722 militares no Paraguai como medida preventiva às pretensões argentinas.

No ano de 1873, a Bolívia interveio nas negociações e reclamou para si a posse da região do Chaco. Criou-se uma nova situação, acirrando ainda mais a tensão no campo diplomático, ao contestar os títulos do Paraguai e da Argentina. O governo imperial brasileiro, através de informações obtidas e não confirmadas, sugeriria que Argentina e Bolívia se reuniram secretamente e estariam conspirando contra o Paraguai e o Brasil. Nesta reunião secreta, acertaram os termos para conquista e divisão entre ambos os países da região do Chaco.

Esta improvável aliança confrontava não somente o Tratado da Tríplice Aliança, como teria por propósito redimensionar o domínio territorial, e, por conseguinte, alavancar o poderio político e econômico na América do Sul.

Por notícias mysteriosamentecomunicadas, chegou ao conhecimento do governo de S. M. o Imperador do Brazil que as sessões secretas do congresso argentino, á requisição do governo nacional, tiveram por objecto um projecto de aliança offensiva e defensiva entre a Republica Argentina e da Bolivia com o fim de se repartirem entre si o território do Chaco, com exclusão completa do Paraguay, e fazer a guerra ao Brazil (BRASIL, 1873, p.174).

Com a divulgação das informações, o governo imperial almejou alertar o governo da Argentina de que suas pretensões já não eram mais veladas. Com isso, medidas preventivas poderiam ser imediatamente tomadas. Afinal, a aliança bilateral entre Bolívia e Argentina gera a desconfiança e uma inconsequente incitação à guerra, enunciada de forma clara e concisa. Isso deteriorava momentaneamente os acordos e tratativas para o acordo definitivo de paz, agora com a presença da Bolívia, no infindável imbróglio do Chaco.



Em um segundo aspecto, a força militar brasileira superava, e muito, a dos outros dois países. A distância entre eles tornaria um empecilho para a agregação de força suficiente para enfrentar o exército imperial. O Brasil possui fronteiras com os dois países e dispunha de tropas estacionadas no Mato Grosso. Estas poderiam ser facilmente movimentadas e articuladas estrategicamente para ataque ou defesa. Em termos diplomáticos, o Brasil não poderia esperar resposta diferente do que uma explicação polida e gentil, bem como que tal fato não estava substanciado, sendo apenas informações inverídicas.

Por efeito, pode-se afirmar que o governo imperial brasileiro possuía o real interesse que a Argentina não avançasse seus domínios para a região do Chaco até a Bahia Negra. Doratioto explica a política de desenvolvimento da Seção dos Negócios Estrangeiros através da importância do Tratado da Tríplice Aliança e pela sua execução. Discorre sobre o objetivo protecionista da política imperial, que visava bloquear as pretensões argentinas, e desta forma evitaria um “abraço apertado” da Argentina, e garantir uma boa posição estratégica na região favorável ao Brasil.

O posicionamento argentino acerca do Chaco fundamenta-se no comércio de madeira, tese do general chefe argentino, o general Mitre. Este informa ao governo brasileiro que possui “vários estabelecimentos para o corte de madeiras”.

Porém, no dia 23 de novembro, o conselheiro Paranhos emite uma resposta ao governo argentino, citando especificamente a presença de um norte-americano cortando madeiras no local, fato determinado e liberado pelo governo argentino. Essa narrativa traz a controvérsia da base argumentativa por parte do general Mitre. Com estas alegações entende-se que, formalmente e de forma subliminar, Paranhos encaminha um recado para o general Mitre, alertando que conhecia os termos de suas pretensões com relação ao Chaco e para que não continue com essa narrativa de ocupação fundada em um prospecto comercial de madeira.

O Paraguai, apesar de possuir os títulos de propriedade, de forma que comprovasse o direito ao território, buscara a conclusão por vias diplomáticas. Isso talvez tenha sido motivado pelo reconhecimento de que não teria força

militar suficiente para manter a posse. Em meio à dúvida, o governo argentino encaminha resposta negativa à proposta do Paraguai.

A situação prolongava demasiadamente. Ocorreram no período de 1870 a 1876, inúmeras tentativas de acordo. O Paraguai demonstrou cansaço nas negociações extensas e infrutíferas, renunciando a parte do seu território na tentativa de selar o acordo definitivo de paz. Aparentemente a Argentina não buscara solucionar o problema, e sim captar grande parte do território paraguaio, conforme já citado, através do plano expansionista general Mitre.

**Imagem 2:** Regiões repartidas após a Guerra



Fonte: FERREIRA, 2013

## 4 CONCLUSÃO

Do exposto, pode-se consolidar que o pragmatismo de Francisco Solano López, atrelado aos seus planos de governo, provocou uma natural reação dos países vizinhos materializados pelo Tratado da Tríplice Aliança. A aliança foi o reflexo oposto dos devaneios paraguaios e nesta égide contribuiu para o desenrolar do maior conflito bélico do continente sul-americano.

No entanto na fase final do combate, marcado pela desorganização e efetivo insignificante dos soldados de López, a Argentina emerge com planos e ideais similares ao Paraguai. Isso provocou o acirramento da tensão geopolítica a uma fragilizada e tênue linha diplomática entre os envolvidos.

Portanto, é possível afirmar que a postura diplomática do império do Brasil sempre se manteve ativa durante o período. Porém, isso não significou que o

Brasil não tivesse sua própria intenção em relação ao Paraguai. Ao agir de forma protetora aos interesses paraguaios, a liderança e autonomia argentina seria reduzida.

Esta questão que ficou evidente pela surpresa do governo argentino em relação às tropas brasileiras, que permaneceram estacionadas em solo paraguaio ao longo de vários anos. A diplomacia argentina chegou ao ponto de afirmar que a manutenção das tropas no Paraguai não era necessária, pois isso implicava pesados custos para o bolso do contribuinte brasileiro em um momento que as forças paraguaias já não se mostravam capazes de fazer resistência ou preparar novas investidas.

A Argentina movimentou seu plano através da tentativa de reduzir e equilibrar a força militar brasileira a sua no Paraguai e em seguida ocupou o Chaco. A pretensão Argentina não obteve plenamente seu êxito, graças ao inegável papel da diplomacia e estratégia do governo imperial, ao frustrar o equilíbrio de forças no cenário de guerra e realocar tropas no Paraguai e no Mato Grosso. Foi um fato que colaborou imensuravelmente para a manutenção da própria existência da nação paraguaia.

Se de um lado estava a consolidação das fronteiras e a condução inicial dos destinos do Paraguai, do outro lado emergia a sombra de um novo país, com similares intenções. Desta vez, o ímpeto pode ser recuado estrategicamente e diplomaticamente consolidado, após exaustivos anos de tentativas diplomáticas e conclusão do acordo definitivo de paz.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. A. Moniz. **A Guerra do Chaco**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v.41, n. 1. Jan./Jun. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 jun 2020.

BRASIL. **Ministério da Guerra**. Relatório do ano de 1869-1877. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>. Acesso em 24 jun 2020.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores**. Relatório do ano de 1869-1876. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>. Acesso em 24 jun 2020.

DORATIOTO, F. F. M. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 617p.

FERREIRA, Marta. **Guerra do Paraguai**: Resumão Segundo Reinado. *In*: Mais Humanas. Jan. 2013. Disponível em: <http://maishumanas.blogspot.com/2013/01/guerra-do-paraguai-resumao-segundo.html>.

Acesso em: 17 jun. 2020.

LIMA, Luiz Octavio de. **A Guerra do Paraguai**. 1ª ed. São Paulo: Planeta, 2016.

PERNIDJI, J. E.; PERNIDJI, M. E. **Homens e mulheres na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

SCHNEIDER, Louis. *In*: **A guerra da Tríplice Aliança**: contra O Governo da República do Paraguai (1864-1870). Tradução: Manoel Thomaz Alves Nogueira. 2 v. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.